

# O Componente Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

**General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Exército Brasileiro**

*O General-de-Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira é atualmente o Chefe do Gabinete do Comandante do Exército. Graduou-se pela Academia Militar das Agulhas Negras como oficial de Cavalaria em 1969, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 1978 e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 1986. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, Ajudante-de-Ordens do Ministro do Exército e Assessor de Educação Física da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai. Como Coronel, comandou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército e foi Adido Militar na Embaixada do Brasil na França e Bélgica. Promovido a General-de-Brigada em 1999, comandou a 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, o Centro de Capacitação Física do Exército e chefiou o Centro de Comunicação Social do Exército. O General Heleno comandou, por um ano e três meses, a Força de Paz na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.*

**C**HEGUEI AO AEROPORTO Internacional de Porto Príncipe no final da manhã de 30 de maio de 2004. Ao desembarcar, ansioso e preocupado, deparei-me com um ambiente de uma base aérea. Havia “marines” (fuzileiros navais americanos) e viaturas militares por toda parte. Na pista, sobressaíam as silhuetas de alguns helicópteros de combate estacionados e uma flagrante desorganização. Aguardavam-me no sopé da escada da aeronave dois assistentes brasileiros que lá se encontravam há uma semana: o coronel de cavalaria William Soares, escolhido por mim, e o capitão-de-fragata fuzileiro naval Carlos Chagas, que eu via pela primeira vez. Subimos para um salão de espera e, antes que meu chefe de estado-maior, o coronel canadense Barry McLeod, pudesse falar comigo, fui cercado por membros da imprensa. Limitei-me ao trivial. Tudo que sabia sobre o Haiti era proveniente de pesquisas na internet, da leitura de jornais e do que ouvira em um seminário organizado pelo Ministério da Defesa. Precisava sair dali, hospedar-me e preparar-me para a cerimônia de assunção de função do dia seguinte.

## **Começo da Missão**

Vinte e quatro horas após minha chegada, efetuou-se a transferência de autoridade na área da missão. A partir daí, nenhuma decisão aconteceria mais sem meu conhecimento e aprovação. O general de brigada do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA Ronald S. Coleman comandava a Força Interina Multinacional (MIF). Presente no país desde o final da crise que resultou na renúncia do Presidente Aristide, a MIF reunia 3775 militares dos EUA, França, Canadá e Chile. Até 31 de julho, os

contingentes americano, francês e canadense retrainiam. Ficariam no Haiti apenas uma companhia canadense com 250 militares em Gonaives e o batalhão chileno com 350 militares em Cap Haitien e Hinche.

Iniciou-se, então, um demorado e penoso processo em que a Força Militar seria lentamente constituída, até atingir no final de dezembro, somente seis meses depois, um efetivo superior a seis mil militares. Simultaneamente, e em ritmo ainda mais lento, os componentes civis da Missão começavam a estruturar-se e desdobrar-se em território haitiano.

No dia 25 de junho, nova solemnidade militar marcou a transferência da responsabilidade de comando dentro do território haitiano. Cabe ressaltar o profissionalismo e a disponibilidade do Gen Coleman e do seu estado-maior na transmissão das informações disponíveis e no acompanhamento cerrado das primeiras atividades desenvolvidas pelo meu estado-maior e pelo contingente brasileiro, recém-chegados e ávidos para familiarizar-se com a situação.

## As Origens do Caos

A evolução histórica do Haiti nos ensina que a atual crise não se trata de um evento isolado. A ilha de Hispaniola assistiu a chegada da frota de Cristóvão Colombo, em 1492. Durante dois séculos, o Haiti pertenceu à Espanha, até tornar-se, em 1697, colônia francesa. Em pouco tempo, graças ao cultivo da cana-de-açúcar e do café, sustentado pelo trabalho escravo, explorado de forma cruel, transformou-se na mais próspera possessão francesa. Transformou-se na Pérola do Caribe, onde os nativos, com baixíssima expectativa de vida, eram substituídos como animais de corte pelos novos negros africanos que chegavam importados.

Com o decorrer do tempo, nasceu uma profunda divisão entre os locais, conhecidos por “créoles”, e os africanos, chamados de “bossales”, originários de diferentes tribos. As rivalidades do período colonial marcam até os



*O General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, Comandante da MINUSTAH conversa com o General Ronald Coleman do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA durante a cerimônia de transferência de comando em junho de 2004 em Porto Príncipe.*

dias atuais a conturbada história do Haiti. Foi herdado, também, o hábito da violência para a solução de conflitos e da “marronage”, ou seja, dissimulação usada para enganar os senhores franceses e os estrangeiros que se sucedem na exploração do país. Desse período, restam ainda traços culturais marcantes do povo haitiano: no campo religioso, os rituais vodus; nas artes, a habilidade na pintura e no artesanato, marcados por cores vivas habilmente combinadas.

Uma revolta dos escravos, no final do século XVIII, iniciou o processo de libertação do país. Inspirados pelos ideais da Revolução Francesa, formaram um exército, capaz de derrotar a força enviada por Napoleão, na batalha de Vertières. Em 01 de janeiro de 1804, o Haiti declarou sua independência e aproveitou a ocasião para perseguir e massacrar os colonizadores brancos.

Seguiu-se um período difícil. Em um mundo de ricos países escravocratas, a existência da primeira nação negra livre ameaçava a estabilidade futura das potências coloniais européias e mesmo dos EUA. A França recusou-se a reconhecer a independência. Só o fez em 1825, depois de receber a promessa de uma fantástica indenização. Esse pagamento que consumiu por muitos anos grande parte da riqueza haitiana, juntamente com a vertiginosa queda dos preços do açúcar e do café no mercado mundial contribuíram

para inviabilizar a economia do Haiti. Os EUA, vizinho próximo e influente, isolaram o novo Estado. Só o aceitaram em 1862.

Internamente, governos despóticos e conflitos sociais incentivavam golpes e assassinatos de chefes de governo. Em 1915, tropas de fuzileiros americanos desembarcaram em Porto Príncipe e ocuparam o país até 1934, não tendo conseguido plantar raízes de uma democracia. Em 1957, os Duvalier tomaram o poder. Papa Doc e Baby Doc sucederam-se como violentos ditadores até 1986. Nesse período, houve algum progresso econômico, com ênfase no turismo e na exportação de produtos têxteis e artefatos desportivos para os EUA.

O fim da era Duvalier marcou o surgimento de um novo líder: Jean Bertrand Aristide. Jovem padre progressista, carismático, excelente orador, criou o Partido Lavalas (avalanche, em créole) e, com um discurso em defesa dos miseráveis, conquistou o apoio das classes populares. Eleito presidente pela primeira vez em 1990, dois anos depois se viu deposto por um golpe militar, liderado pelo General Cedras. Exilado nos EUA, obteve apoio da OEA para decretação de um embargo econômico contra o Haiti. A combatida economia haitiana faliu de vez.

Aristide retornou ao poder em 1994, amparado por uma força multinacional de 20 mil militares, liderada pelos EUA. Aproveitou para extinguir, por um decreto presidencial, as Forças Armadas Haitianas, previstas na Carta Magna. Acusou-as de responsáveis pela instabilidade do Haiti. Uma decisão ilegal, mal conduzida, que deixou os ex-militares de baixa patente desempregados, desamparados e, incompreensivelmente, armados. Presas fáceis para atividades ilícitas. Criou-se, então, a Polícia Nacional do Haiti (PNH). Sua formação foi objeto de outra missão da ONU, liderada pelo Canadá. Até hoje, essa polícia, única força legal do país, tornou-se mais um problema do que uma solução.

Aristide, em 1996, elegeu seu sucessor, René Preval, único presidente que cumpriu todo o mandato. Em 2000, Aristide retornou ao mais alto cargo da República, em uma eleição acusada de fraudulenta e pouco representativa (10% dos votantes foram às urnas). Desenvolveu ações populistas e resolveu recrutar e armar grupos marginais (chimères), no interior dos bairros mais carentes, para neutralizar seus opositores. Politizou de forma irresponsável a PNH. Em meados de 2002, ganharam as ruas as primeiras manifestações populares contra os “lavalas” e Aristide.



Uma aglomeração de pessoas tenta roubar sacos de comida do bairro Cité Soleil em novembro de 2005. O Programa Mundial de Alimentos da ONU proporcionou azeite e sacos de arroz e feijão para mitigar a fome de mais de 2.700 pessoas.

## A Crise Pre- cipitando o Mandato da ONU

No final de 2003, renunciava-se, no Haiti, uma grave crise. A comunidade internacional começou a movimentar-se em busca de uma saída. Durante o mês de fevereiro de 2004, a agitação atingiu seu clímax. Culminou com a renúncia de Aristide e sua partida, no dia 29. Nesse mesmo dia, a Força Interina Multinacional, apro-

vada às pressas pelo Conselho de Segurança (CS) da ONU, iniciava seu desdobramento em território haitiano. Sua atuação manteve a violência em níveis aceitáveis e trouxe alguma estabilidade ao país, evitando o total colapso das instituições. A ONU, pressionada, iniciou imediatamente o planejamento de uma missão de paz e enviou equipes de reconhecimento ao Haiti para identificar as necessidades e propor a estrutura e o mandato da futura missão. Simultaneamente, intensificaram-se as negociações, capitaneadas pela própria ONU e por outros atores internacionais (particularmente os EUA e a França), com países que se interessassem em participar da missão como o Brasil.

Enquanto isso, no âmbito interno, o Presidente da Corte de Cassação, Boniface Alexandre, assumiu a presidência da República, conforme prevê a Constituição. Um “Conselho de Sábios”, formado com representantes dos principais setores da sociedade escolheu Gerard Latortue, funcionário aposentado da ONU, como Primeiro-Ministro. Em 24 horas, mudou-se o perfil político do Haiti. Se no governo Aristide, cabia-lhe protagonizar o poder, no governo provisório, o homem-forte passou a ser o Primeiro-Ministro.

Em 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança estabeleceu, pela Resolução 1542, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)<sup>1</sup>, amparada no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. De forma genérica, sua principal missão é assegurar um ambiente seguro e estável, que permita ao país voltar à normalidade institucional, retomar o estado de direito e realizar eleições livres, democráticas e transparentes. Com esse objetivo, a MINUSTAH deve apoiar o governo transitório do Haiti (TGOH) nas seguintes ações: na reforma e reestruturação da Polícia Nacional (PNH); num abrangente programa de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) para todos os grupos armados ilegais; no monitoramento e cobrança do respeito



O General Ribeiro Pereira fala com soldados brasileiros antes da cerimônia de transferência de comando em junho de 2004.

aos direitos humanos e na manutenção da ordem pública por meio de apoio operacional à PNH. Lamentavelmente, a MINUSTAH recebeu papel e estrutura limitadíssimos para coordenar as ações humanitárias e projetos de desenvolvimento no Haiti.

## Estrutura da Missão

A MINUSTAH foi instalada como “missão multidimensional e integrada”. O primeiro chefe da missão, Representante Especial do Secretário Geral (SRSG), foi o experiente e competente diplomata chileno Juan Gabriel Valdés. O componente de maior visibilidade é a Força Militar, cujo comando coube, até agora, a um General-de-Divisão do Exército Brasileiro. Permaneci no cargo de *Force Commander* (FC) de 30 de maio de 2004 até 31 de agosto de 2005, data em que fui substituído pelo General Urano Teixeira da Matta Bacellar, que suicidou-se tragicamente. Hoje, a Força Militar é comandada pelo General-de-Divisão José Elito de Carvalho Siqueira.

A resolução em vigor autoriza o desdobramento de 7250 militares e de 1.922 policiais, além de funcionários civis internacionais e locais.

Aos Adjuntos do Representante Especial estão subordinados importantes setores da missão.

Muitas pessoas, inclusive alguns jornalistas, confundem o componente militar com a própria missão. Na realidade, à Força Militar cabe manter

um ambiente seguro e estável, interagindo com os demais componentes da missão para que eles atinjam os objetivos previstos nos campos político e de direitos humanos. Nessa tarefa, conta com dois grandes “parceiros” com os quais divide a responsabilidade: a Polícia das Nações Unidas (UNPOL) e a Polícia Nacional do Haiti (PNH).

Trataremos da PNH quando abordarmos os desafios. Quanto à UNPOL, verificamos alguns aspectos bastante peculiares. Primeiramente, a UNPOL, chefiada por um comissário-chefe, não possui qualquer vínculo de subordinação ao Force Commander, contrariando o princípio da unidade de comando e, algumas vezes, dificultando até mesmo a unidade de esforço. Reúne agentes policiais de mais de 30 países (que deveriam atuar como instrutores da PNH), além de oito Unidades Formadas de Polícia (FPU), cada uma com cerca de 125 policiais. Enfrenta sérios problemas de coordenação, integração e padronização de procedimentos, com flagrantes diferenças no preparo profissional dos policiais. Sem conseguir um efetivo controle das ações da PNH, compromete sua principal tarefa. Após dois anos de missão, não conseguiram sequer cadastrar os policiais haitianos nem acompanhar o trabalho da PNH dentro dos comissariados. As Unidades Formadas de Polícia, equipadas com veículos blindados e fortemente armadas, se dizem aptas exclusivamente para ações de controle de distúrbios.

Ressalto a existência de uma seção de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) para planejar e executar, juntamente com o governo, um programa complexo. No caso do Haiti, onde não há duas partes em conflito que decidem desarmar-se mediante acordo, sua tarefa torna-se ainda mais difícil. O componente militar apóia as iniciativas de desarmamento voluntário da seção DDR e atua no desarmamento forçado, quando possível.

## **Desdobramento e a Estrutura da Força Militar**

A ONU, obrigada a mobilizar dezoito missões de paz no mundo, enfrenta dificuldades na obtenção de tropas de países-membros. Em conseqüência, a MINUSTAH, quando substituiu

a MIF, dispunha de um efetivo inferior à metade daquela força. Esse total só chegaria a 4000 militares cinco meses depois, em dezembro de 2004, superando o da MIF. O efetivo máximo autorizado, jamais seria atingido no decorrer do primeiro ano da missão. Ao final de julho de 2005, contávamos com 6.250 militares. Tal fato causou prejuízo na operacionalidade da Força, sem meios suficientes para cumprir seu mandato. Acarretou também enorme pressão sobre o contingente brasileiro, que por um longo tempo era o único presente em Porto Príncipe e, por isso, foi empenhado em diversas missões praticamente em todo o território haitiano.

## **A Força de Paz Atuando na Manutenção da Segurança e da Estabilidade**

Apesar das dificuldades e incertezas, a Força Militar foi se estruturando até atingir sua feição atual. O Estado-Maior da Força com efetivo previsto de 96 oficiais é multinacional. Em maio de 2005, o EM era integrado por oficiais dos seguintes países: Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Croácia, Equador, Espanha, EUA, Filipinas, França, Guatemala, Jordânia, Marrocos, Nepal, Paraguai, Peru, Sri Lanka e Uruguai.

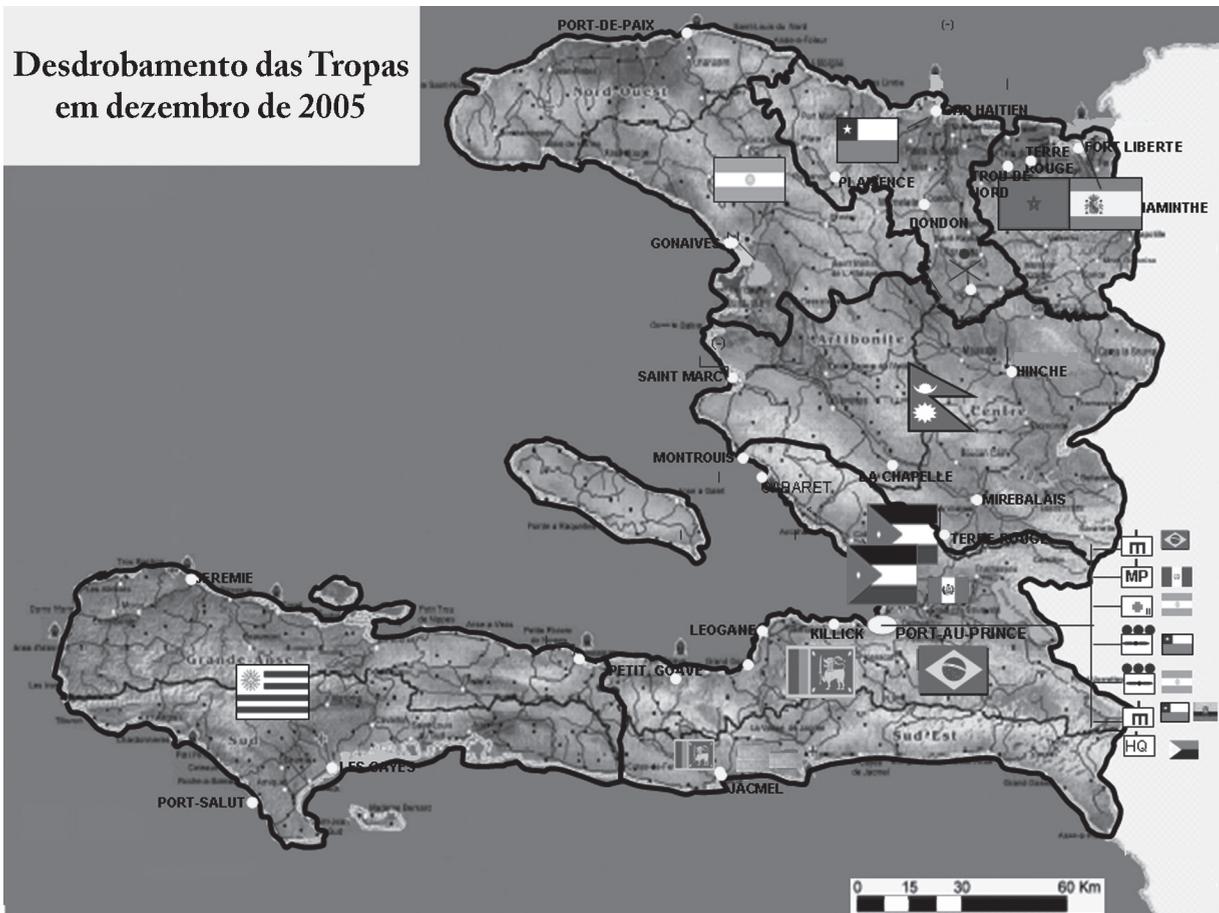
Um importante aspecto necessário aos oficiais do EM diz respeito à fluência verbal e escrita do idioma inglês e, como alternativa, do francês, essenciais para que o oficial possa expressar suas idéias e utilizar seu potencial. Oficiais que chegaram sem esse nível adequado, ainda que competentes e aplicados, foram, invariavelmente, relegados a um segundo plano.

## **Tarefas e Atividades Desenvolvidas pela Força Militar**

Com base no mandato da ONU, meu estado-maior definiu as principais tarefas que competiam à força militar:

- Prover segurança nas principais cidades e suas cercanias;
- Proteger instalações vitais;
- Prover segurança ao longo das principais rodovias;

## Desdobramento das Tropas em dezembro de 2005



- Dissuadir e impedir o engajamento de grupos armados em atos violentos e/ou criminosos;
- Proteger o acesso à infra-estrutura humanitária;
- Realizar ações de desarmamento em coordenação com a UNPOL e com a PNH;
- Apoiar a PNH e a UNPOL na proteção de manifestações pacíficas e no controle de distúrbios civis;
- Monitorar os principais pontos de passagem na fronteira;
- Proteger as instalações humanitárias do governo e da ONU;
- Garantir a segurança e a liberdade de movimento do pessoal da ONU e seus afiliados;
- Proteger, na máxima extensão possível, civis sob iminente ameaça de violência; e
- Monitorar o ambiente de segurança, atuando preventivamente para impedir a escalada de ameaças.

O cenário encontrado e o cumprimento das tarefas acima obrigaram a força militar a envolver-se, desde o primeiro momento, nas mais diversas atividades, abrangendo quase todo o espectro de operações militares e de ações humanitárias.

Merecem destaque os seguintes eventos realizados:

- Patrulhas diurnas, noturnas, a pé, motorizadas e mecanizadas (mais de 15 mil);
- Escolta e segurança de comboios de ajuda humanitária;
- Proteção aproximada de autoridades, incluindo a segurança pessoal do Primeiro-Ministro e a guarda do palácio presidencial, além da proteção de visitantes ilustres;
- Segurança de instalações consideradas sensíveis pelo governo do Haiti ou pela MINUSTAH, incluindo o Porto, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP), a sede da missão e o Palácio Presidencial;

- Segurança de grandes eventos, como o jogo de futebol Brasil X Haiti, o pré-carnaval e o carnaval;
- Pontos de bloqueio, pontos fortes e pontos de controle;
- Controle, acompanhamento e proteção de manifestações populares;
- Ajuda humanitária (todos os contingentes têm atuado para melhorar as condições de vida da população);
- Operações conjuntas com a PNH e com a UNPOL, incluindo pontos de controle e patrulhas;
- Ações humanitárias em emergências (os sistemas de defesa civil haitianos são praticamente inexistentes. O grande destaque foi a atuação após a tempestade tropical Jeanne, em setembro de 2004, que alagou inteiramente a cidade de Gonaives);
- Negociações para evitar conflitos. A força militar tem procurado negociar com os principais líderes dos diversos movimentos, para evitar conflitos durante as manifestações e nas principais datas populares;
- Recuperação de prédios públicos, ocupados ilegalmente pelos ex-militares e rebeldes; e
- Operações militares de grande envergadura, em área urbana, contra gangues armadas que operam nos bairros populares.

## Os Grandes Desafios na Atuação da Força Militar

Desde o início da missão, a Força Militar se viu submetida a intensos desafios. Alguns surgiram pela inexperiência das tropas em operar com regras de engajamento baseadas no capítulo VII<sup>2</sup>, mas a maior parte deles nasceram no próprio cenário haitiano, na atuação de outros atores internacionais ou mesmo nas peculiaridades do sistema ONU. Dentre os inúmeros desafios enfrentados, destacam-se:

**A lentidão na obtenção e no desdobramento das tropas.** Tal situação obrigou a Força de Paz a atuar durante momentos críticos e por considerável período de tempo com um efetivo muito abaixo do que havia sido planejado.

**O efetivo previsto e disponível.** Em qualquer operação militar, obrigatoriamente, 30% do pessoal estará empenhado em atividades logísticas. Além disso, há necessidade imperiosa

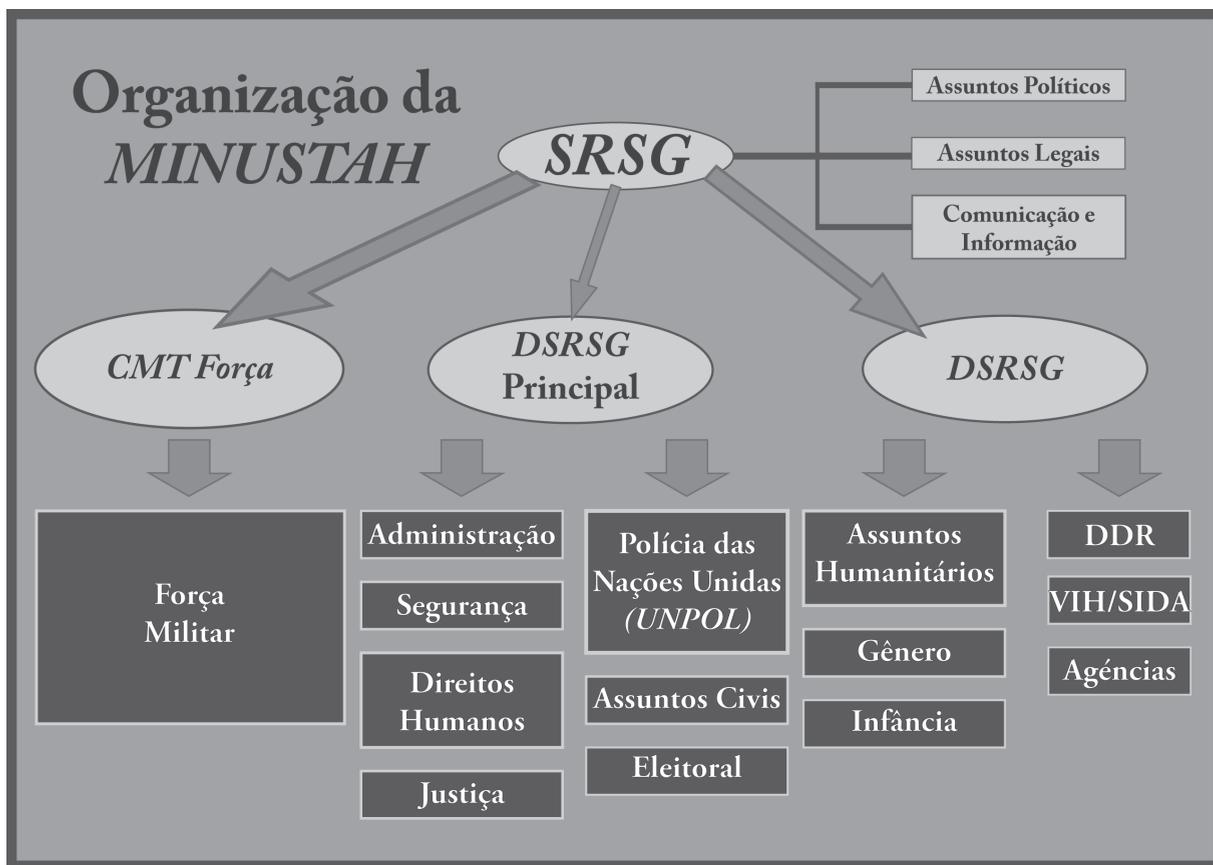
de repouso a cada 24 horas e a ONU impõe, com sabedoria, que, a cada dois meses, o participante da missão tenha cinco dias de descanso, de preferência fora da área de missão. No caso do Haiti, para atuação efetiva em todo o país, concluímos que o efetivo diário disponível de uma força de 7.000 militares não ultrapassa a cifra de 2500. Em Porto Príncipe, juntando-se Força Militar, UNPOL e PNH empregávamos, no máximo, 1700 agentes legais por dia, em uma cidade de 2 milhões e 500 mil habitantes. Como termo de comparação, Brasília, com população semelhante, possui mais de 20.000 policiais, além da força federal.

**A estrutura e as peculiaridades do sistema ONU.** A estrutura e as peculiaridades do sistema ONU, desconhecidas para a maioria dos militares, também se mostraram um grave problema. A logística é gerenciada por civis, subordinados ao chefe da administração (CAO), a quem compete todas as decisões sobre o assunto. Alguns elementos do EM da força militar participam do processo, mas ficou claro que nossa capacidade de influir seria bastante limitada. As prioridades civis são nitidamente diferentes das prioridades da força e a principal preocupação, sempre que se tratava de assuntos militares, parecia ser reduzir despesas.

**As deficiências no apoio aéreo às operações.** Desde o início da missão, rigorosas regras de segurança e razões contratuais mantiveram os helicópteros, inclusive os militares, fora do controle do comandante da força, pois todas as aeronaves são controladas pelo CAO. Com isso, o apoio aéreo aproximado às operações terrestres inexistia.

**Falta de um serviço de inteligência.** A ONU não prevê, nas missões de paz, um serviço de inteligência. A missão fica extremamente vulnerável a boatos. Reiteradas vezes, me vi obrigado a empregar tropa para fazer face a informes, cuja veracidade não se confirmava. Tal situação, sobretudo nos momentos de crise, produzia elevado e desnecessário desgaste.

**Os grupos armados e o desarmamento.** No Haiti, ao longo da História, em função dos constantes conflitos, diferentes grupos armaram-se, de forma legal ou ilegal. Está previsto o direito à posse de armas na presente Constituição haitiana.



### O papel da força militar e sua interação com os demais componentes

O mandato da MINUSTAH prevê um amplo processo de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) e a força militar tem se engajado no problema. Entretanto, peculiaridades da situação do Haiti tornam o quadro complexo. Em outros países, facções opostas, como parte do acordo de paz, concordam em desarmar-se e incluir-se em um programa DDR. No caso do Haiti, não existem grupos formais em conflito, nem tampouco acordo de paz. A maior parte das armas está nas mãos dos integrantes dos diversos grupos, que se homiziam em favelas e outros locais densamente habitados, paupérrimos e de difícil acesso. O desemprego contribui para invalidar a reintegração dos marginais à sociedade.

Nessas condições, o desarmamento forçado necessita de um eficaz sistema de inteligência, sem o qual corremos o risco de provocar sérios danos à população civil inocente. A força da MINUSTAH tem optado pela condução de operações pontuais, contra alvos claramente definidos, de modo a reduzir ao máximo os efeitos colaterais.

**A situação dos ex-militares.** Parcela significativa dos ex-militares, na sua imensa maioria os de baixa graduação, sem outra forma de sustento após a extinção das FA (não houve pensões ou indenizações), passou a atuar em atividades paramilitares e de segurança privada. Decorridos onze anos, por diversas razões, incluindo a inflexibilidade da comunidade internacional e da própria ONU, a situação só piorou. Recrutados para o movimento que culminou com a renúncia do Presidente Aristide, os ex-militares acolheram no grupo considerável quantidade de jovens, que se auto-intitulam rebeldes e também reivindicam vantagens e recompensas. A Força Militar confrontou o grupo com energia em diversas situações, principalmente quando prédios públicos foram ocupados como na operação de desocupação da casa de Aristide em Tabarre, realizada pelo contingente do Brasil; na operação de retomada das delegacias de Terre Rouge, realizada por tropas do Nepal



*Integrantes brasileiros da força de manutenção da paz da ONU em um posto de controle na proximidade de Carrefour em Porto Príncipe, Haiti.*

e de Petit Goave, executada por militares do Sri Lanka. Paralelamente, determinei que, nas diversas regiões do país: incentivássemos a negociação e a desmobilização (excelentes resultados foram obtidos pelos chilenos em Cap Haitien, conseguindo que todo o grupo do norte se desmobilizasse); evitássemos o surgimento de lideranças nacionais e impedíssemos o trânsito de grupos uniformizados e armados. Atualmente, a situação no Haiti está sob controle, entretanto, a solução definitiva depende de uma decisão política que contemple as justas reivindicações do grupo, reconhecidas pelo governo provisório.

## **Gangues e Chimères**

A existência de grupos civis armados, com os mais diversos propósitos, faz parte da história haitiana. A ausência do Estado em boa parte do território facilitou sua proliferação. O ex-presidente Aristide, ao que parece, armou grupos de jovens favelados, alcunhados “chimères”, com o propósito político de controlar seus opositores. As gangues, por sua vez, atuam com propósitos criminais: assaltos, drogas, seqüestros, etc. Na maioria das vezes, fica difícil distinguir ações políticas de ações criminosas, uma vez que esses grupos atuam juntos, de acordo com a necessidade. Desde dezembro de 2004, a Força

Militar já realizou algumas operações de vulto contra esses marginais, logrando resultados favoráveis ao neutralizar alguns dos seus líderes mais importantes.

A grande preocupação durante a realização de tais operações é evitar baixas de civis inocentes. Atualmente, a situação está tranqüila na maior parte do país. A exceção fica por conta da enorme favela de Cité Soleil e do bairro de Cité Militaire, em Porto Príncipe, que ainda necessitam de grandes cuidados, especialmente devido à ausência do Estado no seu interior.

**Apoio à Polícia Nacional do Haiti.** Apoiar a Polícia Nacional do Haiti é a tarefa mais problemática daquelas estabelecidas no mandato. Única força legal do país, quando por ocasião da chegada da força de paz encontrava-se em péssima situação, acumulando graves problemas tais como corrupção, falta de equipamento, abusos constantes de direitos humanos, atuação como polícia política, uso indevido de violência, instalações destruídas, deficiência de efetivo e equipamento, além de total descontrole. Além disso, e por isso, detestada pela maior parte da população.

Senti, desde o início, que a liderança da PNH não se submeteria ao “modus operandi” da força de paz, ou seja, continuaria a operar de forma autônoma. De nós, esperavam apoio material e quando solicitadas ações em força, normalmente de planejamentos primários, eram mal executadas.

Os desencontros entre a missão e a PNH atingiram seu clímax em fevereiro de 2005, no aniversário da queda de Aristide, quando unidades da PNH dispararam contra uma manifestação “lavalas”, acompanhada de perto por tropas brasileiras e por correspondentes da mídia local e internacional. Tal situação, além de ter provocado a morte de manifestantes, colocou em risco a própria integridade física das tropas,

que ficaram na linha de fogo da PNH. Apesar da direção da PNH ter insistido na versão de que os manifestantes estariam armados, o testemunho da mídia e da própria MINUSTAH não deixava dúvidas de que a PNH atacara deliberadamente uma passeata pacífica. O próprio SRSG, diante da gravidade do fato, condenou publicamente a atuação da PNH. Em seguida, governo e MINUSTAH atenuaram a crise a fim de manter o relacionamento em níveis aceitáveis.

A situação segue tensa e preocupante, até porque não se percebem melhoras sensíveis no comportamento e no preparo dos policiais haitianos, o que seria esperado depois de dois anos e seis meses de trabalho da UNPOL.

**Relação com as OI e ONG de ajuda humanitária.** Historicamente, registram-se desentendimentos entre forças militares e organizações humanitárias, conseqüência da falta de compreensão mútua.

No Haiti, a força militar tem sido acionada para prover segurança de várias atividades desenvolvidas pelas agências, incluindo numerosas escoltas de comboios de ajuda humanitária. Essas atividades têm transcorrido sem incidentes, exceto quando o número de pedidos ultrapassa a capacidade da força. Contudo, existe um aspecto responsável por fortes divergências sobre esse apoio: o fornecimento de ajuda humanitária (água, comida, medicamentos, tratamento de saúde, etc.) diretamente pelos contingentes militares. Boa parte destas organizações e alguns especialistas em ajuda humanitária acreditam que a força militar não deve se envolver de modo direto em ajuda humanitária, dedicando-se exclusivamente às tarefas de segurança. Ainda que tal pensamento se baseie em algumas razões coerentes e sensatas (como necessidade de neutralidade, impactos na economia informal, etc.), o caso do Haiti é especial. Todos os contingentes,

diante da ausência do Estado e na ânsia de obter melhor apoio da população, em um país onde as promessas de ajuda jamais foram cumpridas, empregam recursos próprios em prol da melhoria de vida dos favelados.

**Atuação da mídia local e internacional.** A mídia local é atuante e ávida por notícias. Trinta emissoras de rádio funcionam na capital e exploram exageradamente o problema da segurança, transmitindo à população uma verdadeira síndrome de pânico diante de ações criminosas idênticas às que ocorrem em outras metrópoles do mundo.

A mídia brasileira veicula, de maneira geral, uma imagem bastante honesta e positiva da missão, apoiando-se em uma adequada estrutura de comunicação social do contingente brasileiro.

As principais agências internacionais (AP, Reuters, AFP e EFE) mantêm correspondentes no Haiti e acompanham de perto a situação. As grandes redes (BBC, CNN, TV5, FOX) enviam equipes para acompanhar as datas mais críticas. Um engajamento direto, sincero e baseado na compreensão mútua com os órgãos de imprensa, em missões desta natureza, tende a produzir resultados positivos.

**Ausência de projetos de desenvolvimento.** A ausência de projetos de desenvolvimento constitui-se, na minha opinião, no maior



Fuzileiros Navais brasileiros, integrantes da Missão de Estabilização da ONU no Haiti descarregam contêineres com alimentos e água após a chegada de dois navios do Brasil que carregavam viaturas da ONU e 96 soldados brasileiros. (2004).

desafio do País. O Haiti encontra-se econômica e socialmente destruído, com índices de desemprego da ordem de 80%. Mais de 70% da população faz apenas uma refeição por dia. Quatro missões anteriores da ONU<sup>3</sup> não produziram resultados concretos para a gente humilde. Por isso a MINUSTAH já contava com certo ceticismo quanto aos resultados que poderia alcançar.

A esperança renasceu das promessas de doações vindas dos países mais desenvolvidos. Contudo, tais quantias não se materializaram em investimentos. A parte mais visível da missão continua sendo os militares. Conseqüentemente, as pressões sobre a tropa aumentam, em função do nível de frustração da população.

**Pressões de determinados países e da elite haitiana para a condução de operações robustas.** Países como EUA, França, Canadá e até mesmo a elite local haitiana exerceram forte pressão sobre o comando da força para que se usasse mais violência na repressão aos grupos armados. Apesar disso, a Força Militar tem utilizado a energia necessária na execução de suas tarefas, evitando seu uso indiscriminado.

## Resultados Alcançados

Podemos considerar que o componente militar da MINUSTAH tem alcançado resultados bastante expressivos. Mesmo os críticos mais severos admitem que a situação no Haiti está longe de ser a ideal, mas que já teria se degradado por completo e se transformado em uma guerra civil, caso não houvesse a presença e atuação da Força de Paz.

É inegável, ainda, que a possibilidade de grave perturbação da ordem nas datas consideradas mais críticas, graças à atuação preventiva da MINUSTAH, da UNPOL e da PNH, passaram sem que fossem registrados incidentes graves.

As principais ameaças à estabilidade vêm sendo neutralizadas pela força de paz: os ex-militares, como resultado direto da estratégia adotada, encontram-se neste momento sob controle. As favelas estão patrulhadas e relativamente calmas; a área “quente” de Bel Air retornou à vida normal pelo excelente trabalho que a tropa brasileira vem realizando no local. O interior do país está absolutamente calmo há mais de um ano.

Atuando com moderação, procurando observar os princípios fundamentais que regem a atuação das forças militares em operações de paz e, principalmente, evitando-se o uso indiscriminado da violência, o componente militar da MINUSTAH vem contribuindo para a criação e a manutenção de um ambiente seguro e estável no Haiti. Tudo isso demandou sacrifícios. Até o momento, mais de 30 militares, brasileiros e de outros países, foram feridos em ações de combate. Outros onze (dois do Nepal, dois do Sri Lanka, um das Filipinas, um do Uruguai e cinco da Jordânia) perderam suas vidas em serviço.

Em que pese a existência de elementos desestabilizadores, o Haiti, amparado em um magnífico trabalho político do Embaixador Juan Gabriel Valdés, conduziu um processo eleitoral livre, democrático e transparente, com pouquíssimos incidentes. O governo, chefiado por René Preval, e o parlamento, eleitos pelo povo, tomaram posse em um ambiente de tranqüilidade no País.

## Perspectivas Futuras

A longo prazo, o futuro do Haiti dependerá da aplicação dos recursos prometidos em investimentos sócio-econômicos.

O planejamento inicial previa a gradativa redução do efetivo de tropas, à medida que os resultados dos investimentos em desenvolvimento e o efetivo emprego da PNH garantissem uma maior estabilidade. Como os investimentos prometidos não ocorreram e a PNH continua despreparada e insuficiente, o Conselho de Segurança foi obrigado a autorizar um aumento do efetivo da missão.

A ONU assumiu compromissos públicos de comprometimento a longo prazo. Os países americanos que atualmente contribuem com tropas ou policiais para a MINUSTAH declaram-se prontos a manter seus efetivos no Haiti pelo tempo que o governo haitiano e o Conselho de Segurança da ONU julgarem necessário.

No momento, fica difícil prever o que ocorrerá no futuro. Se os investimentos tardarem e a PNH continuar despreparada, tão cedo não se poderá pensar em retirar tropas, sem que, imediatamente, se degrade a situação de segurança no país. Aris-

tide continua a representar uma sombra na política haitiana. Sua volta é constantemente reclamada por seus seguidores mais fanáticos.

A continuidade ou não da participação brasileira envolve uma decisão política de alto nível. Com a posse do governo Préval, caracterizou-se o final de uma importante fase no processo de recuperação do Haiti. A governabilidade dependerá da recuperação econômica, diretamente ligada ao nível de emprego e ao desarmamento das gangues.



*Crianças haitianas jogam futebol no bairro Cité Soleil. (2004).*

## Conclusões Pessoais

Apesar de todas as dificuldades, o balanço da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti é altamente positivo.

Nos mais diversos níveis, desde o político-estratégico até o tático, as lições têm sido valiosas. Os que têm a ventura de participar dessa escola de vida desenvolvem seu potencial de liderança e o conhecimento individual de seus limites, ficando em condições de empregá-los em todas as situações futuras.

Todos os países participantes passaram a conhecer melhor o funcionamento da ONU e estão, agora, melhor preparados para participar de novas missões de paz.

Constatarem a importância do estudo de idiomas na formação dos nossos profissionais militares;

No que tange ao relacionamento das Forças Armadas com os parceiros regionais, atingimos um nível excelente de integração e comunhão de esforços e objetivos. Comandantes e tropas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai têm operado juntos com impecável sinergia.

Várias vezes externei minha discordância quanto à estratégia adotada pela “comunidade internacional” em relação ao Haiti. Fazia eco às manifestações de desapontamento do embaixador Juan Gabriel Valdés, representante especial do secretário-geral da ONU e chefe da missão, e dos

governos de países latinos. Considero primordial que alguma coisa aconteça de prático e visível, em termos de reconstrução nacional.

Desejo que a elite intelectual e política do Haiti assuma o papel que lhe cabe e se una em torno de um pacto de governabilidade. Esqueça as desavenças do passado e aproveite a presença estrangeira bem-intencionada e financeiramente poderosa para recuperar a estabilidade, incentivar os investimentos e o crescimento econômico. Espero que o fantástico e sofrido povo haitiano, pioneiro na conquista da sua independência, escolha seus futuros governantes dentre aqueles haitianos capazes de restabelecer a democracia e o Estado de direito, de reconstruir o país e pavimentar um futuro melhor.**MR**

## Referências

1. É importante ressaltar que o mandato da MINUSTAH é amparado no capítulo VII, que autoriza as medidas necessárias à imposição da paz, uma vez que, ainda hoje, persiste alguma confusão entre aqueles que insistem em classificar a missão como uma simples missão de manutenção da paz. A utilização do capítulo VII e o reconhecimento de apenas uma parte como legítima (o governo transitório do Haiti) caracterizam uma missão de imposição da paz.

2. United Nations Mission in Haiti (UNMIH) – 1993 a 1996; United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH) – 1996 a 1997; United Nations Transition Mission In Haiti (UNTMIH) – 1997; e Mission de Police Civil des Nations Unies en Haït (MIPONUH) – 1997 a 2000.

3. Inegavelmente, houve demora da maior parte dos contingentes dos países envolvidos em perceber que a missão era efetivamente uma missão de imposição da paz, e não simplesmente manutenção da paz. Tal demora resultou em postura das tropas por vezes classificada como tímida, por relutarem em usar a força além da autodefesa, em interpretação excessivamente conservadora das regras de engajamento.